

ASPECTOS DO DISCURSO PRIMÁRIO NO GÊNERO NOTÍCIA

Assunção Cristóvão¹

RESUMO: Este artigo busca indícios de discurso primário no gênero notícia, a partir do conceito de gênero de discurso de Mikhail Bakhtin, apesar de conceituá-lo, por suas características gerais, no campo secundário do discurso. Para isso, são elencadas características gerais do gênero notícia na esfera de atividade do jornalismo.

PALAVRAS-CHAVES: discurso primário; notícia; jornalismo.

ABSTRACT: This paper searches for traces of the primary discourse in the news genre, from Mikhail Bakhtin's concept of discourse genre, but conceptualizes it, in accordance to its general traces, in the secondary discourse field. In order to achieve that, general characteristics of the news genre in the field of journalism are enumerated.

KEYWORDS: primary discourse, News, journalism.

Segundo José Marques de Melo (1994, p. 36), “o maior desafio do jornalismo como campo do conhecimento é sem dúvida a configuração de sua identidade como objeto científico”. O conhecimento sistemático de seus processos, as particularidades de seus mecanismos de produção e de expressão, assim como os efeitos de suas práticas num público heterogêneo, são caminhos necessários para configurar cientificamente – ressalvadas as limitações desse termo num estudo situado no âmbito das chamadas ‘ciências humanas’ - essa atividade profissional. O estudo dos seus gêneros linguísticos também almeja esse objetivo.

Para Melo,

A preocupação com os gêneros jornalísticos integra-se [...] nesse esforço de compreensão daquilo que Todorov, no plano literário, chama de “propriedades discursivas”. O que constitui um ponto de partida seguro para descrever as peculiaridades da mensagem (forma/conteúdo/temática) e permitir avanços na análise das relações socioculturais (emissor/receptor) e político-econômicas (instituição jornalística/Estado/corporações mercantis/movimentos sociais) que permeiam a totalidade do jornalismo. (MELO, 1994, p. 37).

O objetivo deste artigo persegue, então, essa preocupação de Melo: a de, por meio a análise do gênero do discurso “notícia”, em especial suas características para constituir-se como

¹ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp – Araraquara; docente do curso de mestrado em Letras – Linguagem, Cultura e Discurso da Universidade Vale do Rio Verde (Unincor). E-mail: assuncao.cristovao@gmail.com.

discurso primário ou secundário na visão bakhtiniana, identificar particularidades dos mecanismos de produção e expressão desse gênero tão importante no jornalismo moderno.

Melo toma emprestados conceitos de Todorov para delimitar um ‘discurso manifesto’, ou seja, “processos, que envolvem de um lado as instituições jornalísticas e de outro as coletividades em que atuam, articulando-se necessariamente com o organismo social de que se nutrem e se transformam” (MELO, 1994, p. 36-37) e que podem ser “imediatamente observáveis através do relato do real que constitui o seu traço marcante” (MELO, 1994, p. 37). Trata-se, em outras palavras, também de Melo, dos “escritos, sons e imagens que representam e reproduzem a atualidade, tornando-a imediatamente perceptível” (MELO, 1994, p. 37).

Neste ponto, convém deixar claros aqui os conceitos de real e de realidade que norteiam este artigo. Será adotada, como ponto de partida desta análise, a concepção bakhtiniana de que os signos manifestos nos discursos sociais “refletem e refratam” uma realidade. Diz Bakhtin, complementando essa ideia:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica [...]. O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.* [...] Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua maneira. (grifos do autor) (BAKHTIN, 1999, p. 32-33).

Caberia aqui contrapor, se outro fosse o objetivo deste trabalho, a visão de real e realidade de Bakhtin a suas manifestações nos relatos jornalísticos. Como esse não é o objetivo, será reproduzida apenas a opinião do jornalista Eugênio Bucci sobre o assunto para ilustrar a visão de que o real não se confunde com o discurso “sobre o real” para, a seguir, ser retomado o assunto *gênero discursivo*, de que trata este artigo.

Bucci chama de relato o movimento de transformação do fato, ou “real”, para Bakhtin, no discurso, submetido ao crivo ideológico:

A ideia de que as notícias de jornal ‘retratam a realidade’ não faz sentido. [...] Faria mais sentido dizer que elas consolidam a realidade, ou aquilo a que chamamos, muito precariamente, de realidade.

A questão aqui não implica, portanto, nenhuma crítica à conduta ética da imprensa. Por melhor que ela seja, por mais equilibrada e correta, há algo na natureza do fato (e do fato jornalístico em especial) que já é, desde sempre, relato. Quer dizer: o fato já nasce como relato. Ele não acontece assim puramente como fato, um dado do mundo concreto, do mundo independente de qualquer linguagem, para, só depois, ser traduzido num relato. Este é o

problema. Os fatos acontecem, no instante em que acontecem, já como relatos. Ou, se quisermos, como elementos discursivos. Um fato ambiciona a condição de relato – pois só o relato dará a ele, mero fato, um sentido narrativo. Não há, portanto, fato jornalístico sem o relato jornalístico. O que pretendo dizer, enfim, é que o relato jornalístico ordena e, por definição, constitui a realidade que ele mesmo apresenta como sendo a realidade feita de fatos. (BUCCI *apud* GOMES, 2003, p. 9).

A visão de real e de realidade aqui suposta é pré-requisito para o estudo em questão, é a base sobre a qual ele está amparado. Se o discurso social reflete e refrata o real, ele o faz de forma distinta em campos do conhecimento e de atuação social. O modo como se refrata e se reflete o real no discurso jornalístico, em um de seus gêneros mais visível, típico e básico (porém, não menos elaborado), a notícia; a maneira como se diferencia de outros discursos; quais são as suas particularidades; tais são os aspectos que interessa verificar neste momento.

O conhecimento da identidade de um texto, pela caracterização de seu gênero, permite o desvendamento de sua estrutura interna, revelando também, ao mesmo tempo, muito de sua ideologia. Segue-se, então, um pouco da concepção de gênero a partir do conceito bakhtiniano.

Gênero

A concepção bakhtiniana aqui utilizada será a que considera gênero do discurso “qualquer enunciado considerado isoladamente”, “cada esfera da utilização da língua” ao elaborar “**tipos relativamente estáveis** de enunciados” (BAKHTIN, 2000, p. 279).

A respeito dessa maneira singular de ver os enunciados, afirma Bonini:

A forma de ver o tipo de texto de Bakhtin inova com relação aos clássicos, no sentido de que insere uma perspectiva de interação em uma perspectiva sócio-histórica. Embora entreveja a forma como faziam os gregos, é sempre com relação a uma adequação contextual, e não como fórmula abstrata e independente do falante (autor). (BONINI, 1999, p.5).

O posicionamento teórico aqui adotado também considera que a concepção bakhtiniana de gênero dá conta de um hibridismo atualmente verificável nos mais variados tipos de textos, sejam artísticos ou utilitários, até porque, além da amplitude coberta pelo conceito de gênero e que o faz abarcar uma multiplicidade inesgotável de enunciados, ele está ancorado no princípio fundamental da concepção bakhtiniana da linguagem: o dialogismo, que não pode ser dissociado do conceito de gênero até porque o diálogo, à maneira que dele fala Bakhtin, é parte constituinte de todo discurso, neste caso, o projeto editorial.

Para Fiorin,

Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face. Ao contrário, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Ademais, não se pode pensar o dialogismo em termos de relações lógicas ou semânticas, pois o que é diálogo no discurso são posições de sujeitos sociais, são pontos de vista acerca da realidade. (FIORIN, 1997, p. 229-230).

Bakhtin descreve sua noção de gênero principalmente no texto “Os gêneros do discurso”, contido na obra *Estética da Criação Verbal* (2000), mas o conceito está diluído em toda a obra do seu círculo de estudos, sempre com contribuições muitas vezes relacionadas à literatura, porém necessárias para o estudo do assunto.

Ao denominar gêneros do discurso os tipos “relativamente estáveis de enunciados”, Bakhtin refere-se a fenômenos linguísticos ou a enunciados reconhecíveis por conservarem certa estabilidade na manutenção de elementos tais como o conteúdo temático, a configuração formal e o estilo verbal (representado pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais). O usuário da língua conhece essa estabilidade, sabe diferenciar os diversos gêneros, o que permite utilizá-los sempre que necessário, tanto para realizar os atos de produção quanto de interpretação do enunciado.

Apesar dessa estabilidade que os faz serem reconhecíveis, os gêneros, no entanto, têm outra característica que apenas uma visão superficial poderia considerar contraditória, mas que faz parte de sua própria gênese: a renovação.

O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a vida do gênero. (BAKHTIN, 1997, p. 106).

Para Bakhtin, essas características de estabilidade e instabilidade, imobilismo e dinamismo, presente e história, sincronismo e diacronismo representam um conceito, uma classificação que não pode ser desprezada, mesmo por aqueles que preferem priorizar a individualidade do enunciado, da obra de arte, ou de uma obra literária específica, porque a aparente oposição de conceitos é a própria **gênese do gênero**.

O gênero vive do presente mas sempre recorda o seu passado, o seu começo. É o representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário. É precisamente por isso que tem a capacidade de assegurar a unidade e a continuidade desse desenvolvimento. (BAKHTIN, 1997, p. 106).

Quando se fala em gêneros, mais do que qualquer outra ideia, veem-nos à mente as distinções entre gêneros literários. Foi também nessa linha que os estudiosos, sobretudo da literatura, se concentraram ao estudar o gênero. Afinal, pergunta Bakhtin:

... como colocar no mesmo terreno de estudos fenômenos tão díspares como a réplica cotidiana (que pode resumir-se a uma só palavra) e o romance (em vários tomos), a ordem padronizada que é imperativa já por sua entonação e a obra lírica profundamente individual, etc? (BAKHTIN, 2000, p. 280).

Para o autor, a diversidade, isto é, a heterogeneidade dos discursos poderia levar-nos a acreditar que os pontos comuns entre os diversos gêneros são por demais frágeis e abstratos, ideia que justificaria a atenção dada pelos estudiosos, desde a Antiguidade, aos gêneros literários e retóricos, fazendo com que suas características artísticas, no primeiro caso, e jurídicas, no segundo, se sobrepujassem ao seu fundamento linguístico. Ao mesmo tempo, quando o discurso do cotidiano era o objeto do gênero linguístico, esse estudo era feito a partir de uma ótica objetivo-abstrata, que retirava o enunciado do seu meio concreto que é o contexto no qual foi produzido.

É aí que Bakhtin propõe uma classificação nos gêneros, passando a considerar “...a diferença essencial existente entre o gênero do discurso **primário** (simples) e o gênero do discurso **secundário** (complexo), definindo os primeiros como aqueles que têm uma (...) relação direta com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios” ou aqueles “que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea”. Já os gêneros secundários do discurso “- o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita” (BAKHTIN, 2000, p. 281).

O texto *Discurso na vida e discurso na arte (sobre poética sociológica)*, assinado por Voloshinov, trata da mesma distinção, porém, sob uma perspectiva que leva em conta a relativa autonomia do discurso escrito, em oposição à relação simbiótica do discurso do cotidiano com a situação extra-verbal. Nesse texto, o autor aponta as diferenças entre o discurso do cotidiano e o discurso literário, os quais chama, respectivamente, de discurso na vida e discurso na arte. Em relação ao primeiro, diz Voloshinov:

Na vida, o discurso verbal é claramente não auto-suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação. (VOLOSHINOV, 1976, p. 5).

Já em relação ao discurso na arte, Voloshinov diz ser

[...] imediatamente óbvio que o discurso na arte não é nem pode ser tão estreitamente dependente de todos os fatores do contexto extraverbal, de tudo aquilo que é visto e sabido, como na vida. Uma obra poética não pode confiar em objetos e eventos do meio imediato como coisas ‘entendidas’, sem fazer mesmo a mais ligeira alusão a elas na parte verbal do enunciado. A esse respeito, muito mais é exigido do discurso na literatura: muito do que poderia permanecer fora do enunciado na vida precisa encontrar representação verbal. Nada deve ser deixado não dito numa obra poética do ponto de vista pragmático-referencial. (VOLOSHINOV, 1976, p. 11).

Essa diferença, fundamental entre os dois macro-gêneros, ou entre o gênero primário e secundário ou, ainda, entre o discurso na vida e o discurso na arte, não chega a afetar a relação inequívoca entre os tipos de discursos e que também os relaciona a todos.

Ao contrário, para o autor, a linguagem utilitária é a base de sustentação da linguagem artística. Para “alcançar um entendimento do enunciado poético, como uma forma de comunicação estética especial, verbalmente implementada”, é necessário antes analisar “em detalhes certos aspectos dos enunciados verbais fora do campo da arte – enunciados da **fala da vida e das ações cotidianas**, porque em tal fala já estão embutidas as bases, as potencialidades da forma artística” (VOLOSHINOV, 1976, p.4).

Além disso, para o autor, sempre que falamos, fazemos uso dos gêneros do discurso porque todo enunciado é constituído de uma “*forma padrão* e relativamente estável de *estruturação do todo*”. E Bakhtin continua:

Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na prática, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica. Como Jourdain de Molière, que falava em prosa sem suspeitar disso, falamos em vários gêneros sem suspeitar de sua existência. Na conversa mais desenvolta, moldamos nossa fala às formas precisas de gêneros, às vezes padronizados e estereotipados, às vezes mais maleáveis, mais plásticos e mais criativos. A comunicação verbal na vida cotidiana não deixa de dispor de gêneros criativos. Esses gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática. (BAKHTIN, 2000, p. 301).

Observar as distinções entre os gêneros primários e secundários, ainda que um seja a base do outro, é, para Bakhtin, importante teoricamente. Na visão do autor russo, só assim se alcançaria a natureza “complexa e sutil” do enunciado e se chegaria aos seus aspectos essenciais. Se, junto a essa distinção, o pesquisador analisar o processo histórico de formação

dos gêneros secundários poderá, então, esclarecer a “natureza do enunciado” (BAKHTIN, 2000, p. 281-282).

Notícia

A notícia padrão é composta por um lide, ou *lead*, que nada mais é do que a abertura da matéria, com as informações mais relevantes do fato. Aceita-se, geralmente, que o lide deva conter as seguintes informações: o que, quem, quando, onde, como e por quê. A notícia é estruturada a partir do princípio da pirâmide invertida, definido assim pelo Manual de Redação da **Folha de S. Paulo**:

Técnica de redação jornalística através da qual as informações mais importantes são dadas no início do texto e as menos importantes, em hierarquização decrescente, em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no pé do texto. (FOLHA DE S. PAULO, 1987, pg. 157).

O Manual da **Folha** lembra que a técnica da pirâmide invertida surgiu para resolver um problema de notícias enviadas a vários jornais diferentes, principalmente por assessorias de imprensa e agências de notícias. Os grandes jornais, hoje, evitam reproduzir esses materiais em suas páginas sem uma pesquisa própria, mas num determinado momento isso foi comum, e o editor, quando tinha problemas de espaço, simplesmente cortava o final do texto para possibilitar a publicação do material. Com o lide, as informações essenciais eram mantidas, independentemente do corte:

Acabou por servir ao leitor, que também pode realizar a mesma operação de corte. Lido o primeiro parágrafo, o leitor já está informado do que há de mais importante e pode dispensar o resto, se desejar. É a técnica de redação jornalística mais disseminada no mundo ocidental. (FOLHA DE S. PAULO, 1987, p. 157).

Adelmo Genro Filho (1987), na obra “O segredo da pirâmide”, um dos mais importantes estudos marxistas do jornalismo brasileiro, acredita que a técnica não consegue encarnar uma teoria da notícia, porque pecaria ao não atentar para a importância de um dos seus princípios básicos: a singularidade.

[...] *sob o ângulo epistemológico – que é fundamental – a pirâmide invertida deve ser revertida, quer dizer, recolocada com os pés na terra. Nesse sentido, a notícia caminha não do mais fundamental para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular, do cume para a base. O segredo da pirâmide é que ela está invertida, quando deveria estar como as*

pirâmides seculares do velho Egito: em pé, assentada sobre sua base natural.
(GENRO FILHO, 1987, p. 54, grifo do autor).

A própria definição de notícia não é unanimidade entre estudiosos do jornalismo, como Nilson Lage, Ciro Marcondes Filho e Adelmo Genro Filho e, nesse sentido, concorda-se aqui com a opinião de Sylvia Moretzsohn, expressa no livro *Jornalismo em tempo real – o fetiche da velocidade*, para quem “o importante (...) é perceber que, afinal de contas, não há como definir notícia com critérios internos à profissão.” (MORETZSOHN, 2002, p. 66). Aquilo com que praticamente todos os autores concordam é que notícia é uma mercadoria, “mas não uma mercadoria qualquer”, segundo Genro Filho, que propõe discutir o jornalismo “como produto histórico da sociedade burguesa, mas um produto cuja potencialidade a ultrapassa e se expressa desde agora de forma contraditória, à medida que se constituiu como *uma nova modalidade social cuja categoria central é o singular*” (GENRO FILHO, 1987, p.5, grifo do autor).

Todos os outros gêneros jornalísticos – a reportagem, o editorial, a entrevista, etc – derivam da notícia, que representa o gênero primeiro na tarefa de informar, que, por sua vez, é o objetivo principal da atividade jornalística.

Lage elege o texto expositivo como o de maior importância na estruturação de notícias, em contraposição ao texto narrativo.

...textos de estrutura narrativa são aqueles que se organizam a partir de sequências de acontecimentos. (1981, p. 35).

[...]

Ao contrário do texto de forma narrativa, o texto expositivo (que também relata acontecimentos e não deve, portanto, ser confundido com a descrição ambiental) não se organiza, no aspecto central, em torno de sequências de acontecimentos, com lapsos entre sequências. (LAGE, 1981, p. 38).

Para constituir-se como notícia e, portanto, como objeto da atenção do jornalista, o fato deve ter algumas características peculiares, como a proximidade em relação ao público para o qual se destina, o ineditismo, a atualidade e outras. Com a prática profissional, essas características são absorvidas pelos produtores da notícia, que criam entre si uma espécie de comunidade discursiva, com valores, termos e lógica próprios. Assim, é comum ouvir-se de jornalistas que “notícia boa é notícia ruim”. A frase, que poderia chocar membros de comunidades discursivas outras, faz parte do cotidiano do profissional que no dia-a-dia convive com a tarefa de seleção dos fatos, que contenham conteúdos que chamem a atenção de seu público. Por essa lógica, um acidente que provoque grande número de vítimas é mais

interessante para a cobertura jornalística do que outro no qual poucas pessoas morreram. Assim, além da forma, há um conteúdo, grosso modo, *padrão* no jornalismo. Os diversos gêneros da atividade jornalística é que vão conferir maior ou menor carga de individualidade ao texto. Dessa maneira, apenas matérias de grande importância investigativa ou de característica predominantemente opinativa serão assinadas, como os artigos de opinião, as grandes reportagens e as matérias de denúncia. Notícias dentro do padrão geral podem ou não ser assinadas, dependendo da importância que se atribui a elas como fato num dado momento. O certo é que, com um grau maior ou menor de informatividade ou de opinião expressa, todo o conteúdo de um jornal, incluindo sua diagramação, fotos, tabelas, infográficos, charges, etc., é portador de um efeito de sentido que pode desvendá-lo ideologicamente, e que nem mesmo a técnica de redação de notícias é capaz de esconder.

Melo (1994, p. 64/65) divide os gêneros do jornalismo brasileiro em duas categorias: jornalismo informativo (nota, notícia, reportagem e entrevista) e jornalismo opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta). O *Manual de Redação da Folha* (2001, p. 71/2) entende que o jornal reúne os seguintes gêneros: análise, artigo, editorial, crítica, crônica, “feature”, resenha, notícias e reportagem e, além do gênero informativo, diferencia também os gêneros interpretativo e opinativo. Melo prefere fazer a distinção apenas entre jornalismo informativo e opinativo argumentado que “o reconhecimento da existência de duas *categorias* fundamentais no jornalismo obtém o consenso dos profissionais e de estudiosos da área, independentemente das concepções ideológicas que assumem ou do modo de produção econômica que caracteriza a sociedade respectiva”.

Essas duas categorias acompanharam a evolução do jornalismo, tema que é tratado por Melo no capítulo *Trajatória Histórica* de seu livro *A opinião do jornalismo brasileiro*, ao tratar das primeiras iniciativas jornalísticas do século XV, configuradas nas *relações, avisos e gazetas* que se ampliam nos séculos seguintes na Europa, a partir da criação da imprensa. Esse germen de jornalismo tinha característica política e de desafio ao poder absolutista, o que o fez tornar-se alvo do aparelho censório e da criação de mecanismos intimidatórios do avanço econômico da atividade, com a “instituição de taxas, impostos, controles fiscais...” (MELO, 1994, p. 22). O mesmo autor ainda acrescenta que:

Tais restrições fazem medrar o jornalismo de opinião e estimulam o jornalismo de informação. Não é sem razão que Samuel Buckley fareja a alternativa da informação com recurso capaz de garantir a sobrevivência do Daily Courant, que atravessou dificuldades financeiras nos primeiros tempos. Ele recebe o jornal da sua fundadora Elizabeth Mallet, introduzindo um ‘novo

padrão na cobertura das notícias estrangeiras'. No julgamento de Kenneth Olson ele é o 'primeiro jornalista inglês a mostrar uma preocupação real com os fatos', optando por 'imprimir notícias como notícias, sem comentários, para se manter longe da polêmica'." (MELO, 1994, p. 22).

E, mais adiante, diz Melo:

Mas sem dúvida o jornalismo informativo afigura-se como categoria hegemônica, no século XIX, quando a imprensa norte-americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial e convertendo a informação de atualidade em mercadoria. [...] Evidentemente o jornalismo opinativo não desaparece. Na prática, ele tem o seu espaço reduzido, sua presença na superfície impressa circunscrita às páginas chamadas 'editoriais'. (MELO, p. 23).

Em sua análise, Melo acha importante delimitar geograficamente a classificação de gêneros jornalísticos porque desde o século XVIII

[...] a mensagem jornalística vem experimentando mutações significativas, em decorrência das transformações tecnológicas que determinam as suas formas de expressão, mas sobretudo em função das alterações culturais com que se defronta e a que se adapta a instituição jornalística em cada país ou em cada universo geocultural. (MELO, 1994, p.37-38).

Para Melo,

Se os gêneros são determinados pelo "estilo" e se este depende da relação dialógica que o jornalista deve manter com o seu público, apreendendo seus modos de expressão (linguagem) e suas expectativas (temática), é evidente que a sua classificação restringe-se a universos culturais delimitados. (MELO, 1994, p. 40).

Ainda que os efeitos da globalização tenham atenuado essas alterações culturais citadas por Melo, em especial no que se refere às inter-relações entre o jornalismo brasileiro e estadunidense – e, em grau mais amplo, na hegemonia estadunidense em todo o mundo -, será aqui mantida essa delimitação, até porque diversos teóricos identificam, em países latinos, além das categoriais que envolvem informação e opinião no jornalismo, uma terceira área em que se situam matérias consideradas mais amenas, ou de entretenimento. Mais do que isso, este trabalho parte do princípio de que gênero é também um fenômeno histórico, que não pode ser dissociado dos condicionantes culturais que o engendraram e que vão, certamente, transformá-lo.

Conclusão

A partir da concepção bakhtiniana de gênero, tende-se a afirmar que os gêneros jornalísticos, em especial a notícia, se situam na categorização de discurso secundário definida por Bakhtin, pois, conforme visto anteriormente, além de utilizarem formas elaboradas, são mediados por um veículo de comunicação e, no caso em estudo, por um jornal impresso, que utiliza a linguagem escrita.

Este artigo opta, porém, por enquadrar os gêneros jornalísticos, ainda que numa gradação mais próxima do discurso secundário, em uma modalidade com ramificações no discurso primário, como se estivesse localizado num espaço intermediário entre o discurso primário e secundário. Primário, pela sua relação estreita com a realidade e com a realidade dos enunciados alheios, no dizer do próprio Bakhtin. A relação com o real, no sentido já apontado no início desta seção, é o próprio cerne do jornalismo, que também utiliza-se de enunciados alheios para corroborar sua relação com o fato, que se supõe um fragmento da realidade. A utilização de enunciados de “outros” é uma constante no texto jornalístico e tem vários objetivos, entre os quais o de reforçar a imparcialidade do discurso, já que, dessa forma, quem está relatando, afirmando ou negando algo numa notícia passa(m) a ser o(s) protagonista(s) do fato e não o jornalista.

A notícia parte sempre ou de um fato observado pelo jornalista ou relatado por uma fonte, ou seja, parte sempre de sua relação direta com a realidade visível ou mediatizada por enunciados alheios, com a característica de ser uma informação nova ou ainda não conhecida pelo público. Vale lembrar aqui, pela utilização seguida do termo “realidade”, as considerações já feitas anteriormente ao termo.

A relação com o contexto e a autossuficiência ou não do discurso também são fatores que enquadram o discurso jornalístico nas definições do discurso primário e secundário. Se, por um lado, durante a sua produção, é necessário introduzir elementos que permitam ao leitor situar o contexto em que se localiza o fato a ser narrado, por outro lado é sabido que uma notícia, lida a partir de uma distância temporal ou espacial, apresenta dificuldades de entendimento, já que a notícia é apenas um fragmento de um processo histórico mais amplo, e para a narração desse fragmento podem ser omitidas informações que se supõem conhecidas de um público determinado. É necessário que os sujeitos envolvidos no processo de interlocução conheçam alguns aspectos relacionados a um determinado tempo e espaço para reconhecer a

notícia. Uma manchete, por exemplo, como “Morre o presidente da República” só terá um mesmo significado para todos os leitores se emissor e receptor compartilharem o mesmo momento no tempo e uma mesma abrangência espacial.

Mas o discurso jornalístico tem também uma boa dose do que Bakhtin classifica como pertencente ao gênero secundário, no sentido de aparecer “em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída”. Ainda que a tônica do discurso jornalístico padrão, representado pela notícia (também o gênero jornalístico menos complexo), seja a simplicidade, traduzida em aspectos como a utilização da ordem direta do discurso, do léxico simples e acessível ao público leigo, seu desenvolvimento foi amparado em observações e estudos que visavam à facilidade e à rapidez na recepção da informação. Os manuais de redação e estilo visam também a discriminar essa elaboração e a determinar aos jornalistas aspectos relacionados a todas as fases de execução de um jornal. Em relação a isso, por exemplo, o *Manual de Redação* da **Folha** estabelece várias normas para definir detalhes de um bom texto; entre elas, que a identificação do *gancho* - a informação que mais interessa ao leitor – deve ser o ponto de partida para a redação do *lead*, ou lide, o primeiro parágrafo de uma matéria. Diz o *Manual de Redação* (2001, p.29):

É preciso atentar também para o fato de que muitas vezes o lide de uma notícia não deve antepor ao próprio fato quem ou o que produziu o acontecimento. Assim, evite lides de tom oficioso, como: “O governo vai editar na próxima semana uma medida provisória liberando o preço das mensalidades escolares”. A notícia é: “As mensalidades escolares serão liberadas a partir da próxima semana por medida provisória do governo”.

Só que, no caso do jornalismo, ao contrário dos gêneros mais elaborados de discurso, a forma tem como objetivo primeiro facilitar a recepção do conteúdo e, ao mesmo tempo, como acontece com a maior parte dos discursos orais, a importância do conteúdo se sobrepõe à da forma:

O jornalismo não é, porém, um gênero literário a mais. Enquanto, na literatura, a forma é compreendida como portadora, em si, de informação estética, em jornalismo a ênfase desloca-se para os conteúdos, para o que é informado. O jornalismo se propõe processar informação em escala industrial para o consumo imediato. As variáveis formais devem ser reduzidas, portanto, mais radicalmente do que na literatura. (LAGE, 2003, p.35).

Alguns dos procedimentos adotados para essa finalidade são, segundo Lage, a “redução de itens léxicos” e a adoção de “regras operacionais”:

A produção de textos pressupõe restrições do código linguístico. A redução do número de itens léxicos (palavras, expressões) e de regras operacionais postas

em jogo não apenas facilita o trabalho, mas também permite o controle de qualidade. (LAGE, 2003, p. 35).

Em relação à escolha lexical, diz Lage:

Do ponto de vista da eficiência da comunicação, o registro coloquial seria sempre preferível. É mais acessível para as pessoas de pouca escolaridade e, mesmo para as que estudaram ou lidam constantemente com a linguagem formal, permite mais rápida fruição e maior expressividade.

No entanto, o registro formal é uma imposição de ordem política, esteja ou não em lei. A pressão social valoriza o seu emprego e qualifica de erro todo desvio. E nem é o caso de se afrontar cegamente esta imposição: ela se confunde com a ideia de nação, ou de cultura diferenciada, além de permitir que a língua nacional se transforme mais lentamente (em lugar de transmudar-se a cada geração) e que as inovações sejam testadas antes de incorporar-se ao dicionário ou à gramática[...] (LAGE, 2003, p. 37-38).

Lage aponta aqui, de forma tangencial, uma importante característica do jornalismo: seu papel na manutenção da ordem vigente, seu compromisso com a estabilidade, seja em seus aspectos de destacar como notícia apenas aquilo que é considerado “desvio”, seja nos seus traços mais formais, como o da estratégica utilização da norma culta para atingir um número maior de pessoas.

Ser acessível a um contingente grande de pessoas é o que justifica, no jornalismo, a adoção de um registro linguístico que suplante variações regionais, culturais, de formação educacional. Assim, com o objetivo de ser entendido por um público heterogêneo e, de certa forma, indeterminado, o texto jornalístico adota, como acentua Lage, “a conciliação entre esses dois interesses – de uma comunicação eficiente e de aceitação social” (LAGE, 2003, p. 38). Para o autor, a linguagem jornalística “é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que *são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal*” (LAGE, 2003, p. 38, grifo do autor).

Sobre esta base, a linguagem jornalística irá incorporar: a) neologismo de origem coloquial, sintéticos (*fusca, frescão*) ou de grande expressividade (*dedo-duro, pau-de-arara*); b) denominações de objetos novos, de origem científica ou popular (*leiser, vídeo-teipe, orelhão*); c) metáforas com intenção crítica (*senador biônico, mordomia*); d) atualizações necessárias (*roqueiro, malufista*); e) designações técnicas que precisem ser consideradas em sua exata significação para entendimento ou eficácia do texto. (LAGE, 2003, p. 39).

É simplificador, entretanto, imaginar que o formato do texto jornalístico visa unicamente à transmissão mais direta do conteúdo a um número maior – e indistinto – de leitores, telespectadores e ouvintes.

Está claro que as escolhas adotadas no momento da produção jornalística referente à elaboração do texto, com ênfase na produção industrial, na técnica, no controle de qualidade e na recepção instantânea do conteúdo trazem em si, não apenas um, mas vários sentidos, implícitos ou explícitos. É preciso chamar a atenção, agora, para o fato de que essas técnicas, por serem quase industriais, objetivam reduzir a individualidade do autor e, portanto, do estilo que caracteriza o formato dos textos mais elaborados, como os literários.

Dessa forma, podemos dizer que é na ausência de uma elaboração maior que consiste a sua verdadeira elaboração. Sua objetividade é fruto de alguma complexidade, geradora de um efeito de sentido que exclui a subjetividade e expõe unicamente os fatos: é como se o autor não estivesse presente nos textos, mas estes fossem compostos apenas pelos fatos, objetivos, e seus personagens; portanto, esses textos expressam o sentido da verdade, são fatos e personagens verdadeiros.

Importante ressaltar, porém, ainda uma vez, neste encerramento, que esse é um efeito de sentido, apenas, traduzido por uma técnica que visa, deliberadamente, obter um resultado: de objetividade, de imparcialidade, de fidelidade aos fatos, de que não há autor por trás do texto, apenas o fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.

FIORIN, J. L. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1997.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual geral de redação*. 2ª ed. São Paulo: [Publifolha], 1987.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual de redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GOMES, M. R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker/Edusp, 2000.

LAGE, N.. *Ideologia e técnica da notícia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

RECORTE – revista eletrônica
ISSN 1807-8591
Mestrado em Letras: Linguagem, Discurso e Cultura / UNINCOR
ANO 9 - N.º 1

MELO, J. M. de. (org.) *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo: FTD, 1992

VOLOSHINOV, V. N. Discurso na vida e discurso na Arte (sobre poética sociológica). Trad. de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza a partir da tradução inglesa de I. R. Titunik (“Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics”). In: -----, *Freudism*, New York: Academic Press, 1976.

Artigo recebido em maio de 2012.

Artigo aceito em junho de 2012.